

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.111 - ES (2019/0362037-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : **JUZGADO DE 1A INSTÂNCIA NR 8 DE VALENCIA**
INTERES. : **A A G S**
ADVOGADO : **JULIANE MIRELA BERTUZZI - PR036129**
PARTE : **E C C**
A.CENTRAL : **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

DESPACHO

Acolho a manifestação do Ministério Público Federal e **reconsidero a decisão de fls. 96-97.**

Nas ações de estado, é de rigor a citação por oficial de justiça, sendo insuficiente a comunicação pelo correio. No entanto, essa restrição fica superada quando a parte, representada por advogado constituído, comparece espontaneamente aos autos e protocola impugnação. Assim, no caso, a parte interessada tomou conhecimento do processo, o que dispensa a remessa dos autos à Justiça Federal.

Portanto, devidamente cumprida a comissão, conforme atestam os documentos de fls. 50-92, **devolvam-se os autos à Justiça rogante por intermédio da autoridade central competente (art. 216-X do RISTJ).**

Oficie-se ao Juízo rogado para que devolva a comissão independentemente do seu cumprimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente